

The United States And its Allies are on the Right Side of History”: a Guerra Global ao Terror e suas representações

“The United States And its Allies are on the Right Side of History”: the Global War on Terror and its representations

MARCELO MELLO VALENÇA¹

YESA PORTELA ORMOND²

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal responder à seguinte pergunta: quais as implicações, para o Iraque, da utilização de representações como “Rogue State”, “Outlaw State”, “Sick Nation” feitas pela administração Bush entre os anos de 2000 e 2003? Argumenta-se que não se tratam de simples adjetivações, mas de representações que possibilitaram intervenções militares e a deterioração das já frágeis bases do território iraquiano. Isso porque compreende-se que mesmo que subjetivamente, quando discursos naturalizam certas interpretações (e não outras), a criação do “outro” pode ser utilizada, de maneira potencial, como uma arma política. Para tanto, tem-se como base a perspectiva pós-colonial, a metodologia de representação histórica a partir dos discursos empreendidos por Bush e sua equipe.

Palavras-chave: Representação; Iraque; EUA; Consequências; Pós-colonialismo.

Abstract: This article investigates the following question: what are the implications for Iraq of the use of representations such as "Rogue State", "Outlaw State", "Sick Nation" by the Bush administration political discourses between 2000 and 2003? We argue these are not mere adjectives but representations that have enabled the use of military intervention to promote the deterioration of the already fragile bases of Iraqi territory. We claim that discourses naturalize certain interpretations (and not others) by highlighting the difference and “otherness”, which can be potentially used as a political weapon. We develop our argument based on a postcolonial perspective and we use the methodology of historical representation from the discourses undertaken by Bush and his staff.

Keywords: Representation; Iraq; United States; Implications, Post-Colonialism.

¹ Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). **Endereço para correspondência:** UERJ - Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão - João Lyra Filho, 9º andar, Bloco F, sala 9037, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20550-013. **E-mail:** mmv@uerj.br

² Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. **E-mail:** ye.sa@hotmail.com

Recebido em:
29 de Novembro de 2017

Received on:
November 29, 2017

Acceito em:
30 de Novembro de 2017

Accepted on:
November 30, 2017

DOI: 10.12957/rmi.2016.31487

1. Introdução

Os atentados de 11 de setembro de 2001 fizeram com que os Estados Unidos da América (EUA) aparentemente fossem desprovidos da imagem de superpotência invencível e se apresentassem como uma superpotência ameaçada (NSS³, 2002). Foi a primeira vez desde a Guerra Anglo-Americana (1812-1815) que o território estadunidense era alvo de ataques externos (Chomsky, 2011). Assim, com vistas a impedir que o “inimigo” desferisse novos golpes⁴, os EUA agiram de modo a fortalecer alianças para combater o “terrorismo global” e a evitar a ação de Estados considerados meliantes e detentores de Armas de Destruição em Massa (“ADMs”).

Este artigo explora possibilidades de uma leitura com bases pós-coloniais do discurso político do governo George W. Bush na chamada Guerra Global ao Terrorismo (“GGT”). Esse marco auxilia a demonstrar que a resposta para a legitimação das ações do governo Bush derivou da fluidez do que é considerado verdade e da ideia de representação. O discurso, a representação e a adjetivação,

para pós-colonialistas, levam à distorção do original e constituem um empreendimento de autoafirmação que pode se manifestar belicosamente. De um lado se colocava o “Eu” ocidental, cristão, democrático e que preservava a liberdade universal. De outro, o “Outro” árabe, iraquiano, detentor de ADMs, constituindo uma imagem que não se adequava à ordem proposta.

Estruturamos nossa análise a partir de uma metodologia de representação histórica (Dunn, 2008). A representação histórica demonstra que a forma como um objeto é representado ao longo do tempo e do espaço auxilia na construção de regimes de verdade ou de conhecimento, cujas implicações são políticas e suas consequências, questionáveis. Dada a limitação de espaço, usamos documentos oficiais emitidos pelo governo dos EUA e pronunciamentos do Presidente Bush e de sua equipe, entre 2000 e 2003, para promover essa narrativa de representação do Iraque como um “Rogue State”⁵, bem como suas implicações discursivas que possibilitaram o empreendimento de intervenções no Iraque⁶. As declarações

³ National Security Strategy Of 2002. Para acessar a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2002 completa, ver: <<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>.

⁴ “We cannot let our enemies strike first.” (NSSE 2002, p. 15), em tradução livre “Não podemos deixar que nossos inimigos desfiram os primeiros golpes. (NSSE 2002, p. 15).

⁵ O termo “Rogue State” é comumente traduzido como “Estado Pária” ou “Estado Vilão”. Por buscar fidelidade aos discursos utilizados nesse artigo, optou-se por deixar o termo em sua forma original, em inglês.

⁶ São eles: Address by Gen. Colin Powell to the Republican National Convention (2000); Condolezza Rice - Campaign 2000: Promoting the National Interest; The National Security

e ameaças de retirar Saddam Hussein saíram do campo de intenções e foram efetivadas. Para tanto, reiterou-se que os EUA possuíam força e influência sem precedentes e que sua atuação, baseada nos princípios de liberdade, de democracia e na fé, trazia consigo responsabilidades inigualáveis e inadiáveis (NSS, 2002). O discurso político da administração estadunidense defendia, também, que era de interesse nacional travar uma luta contra outros “Rogue States” pertencentes ao “Eixo do Mal”⁷.

Denominações como “Rogue States”, “Outlaw States”⁸ e “Sick Nations”⁹ passaram a permear os discursos empreendidos pela administração Bush e a constituir o alvo da política externa dos EUA. Além disso, “inimigos” sem território (terrorismo) e sem face (terroristas) se viram territorializados e desumanizados. Afirmou-se, constantemente, que o(s) mundo(s) árabe(s) e islâmico(s) deveria(m) ser combatido(s) por meio da GGT, principalmente sob as figuras do Talibã no Afeganistão e da al-Qaeda, no Afeganistão e no Iraque.

Ao analisar o caso iraquiano, e tendo como base esses eventos, questionamos

as implicações para o Iraque da utilização de tais representações. Argumentamos que não se tratam de simples adjetivações, mas de representações que possibilitaram intervenções militares e a deterioração das já frágeis bases do território iraquiano. Isso porque, mesmo que subjetivamente, quando discursos naturalizam certas interpretações e não outras, a criação do “Outro” pode ser utilizada, de maneira potencial, como arma política (Cowan, 2008). Assim, a partir da representação maniqueísta do “civilizado versus o bárbaro” forjou-se a essência de discursos oficiais que precederam, no seio da GGT, o empreendimento da Operação Liberdade Iraquiana, em 2003.

Este artigo está dividido em três seções, além desta introdução. A primeira, que situa o marco pós-colonial no contexto do artigo, sugere as implicações da representação do “Outro” como uma arma política a partir de dicotomias excludentes, principalmente a partir do conceito de Orientalismo. A segunda seção analisa a doutrina Bush entre os anos de 2000 e 2003 a partir de documentos e pronunciamentos oficiais e de sua estratégia maniqueísta de identificação e erradicação do “mal” que violara o imaculado território estadunidense, içada à categoria de necessidade extrema. A terceira seção traz considerações finais a respeito das consequências da retratação do Estado iraquiano - “Outro” como entidade

Strategy of The United States of America (2002; e, o President Bush’s 2002 State of The Union Address).

⁷ Assim como o Iraque, o Irã e a Coréia do Norte também foram elencados como países que ameaçavam a ordem internacional a partir da produção do terror e do desenvolvimento de ADMs.

⁸ Estado fora da lei. (Tradução nossa).

⁹ Nação doente. (Tradução nossa)

inferior, perdida em uma estrutura despótica e, sobretudo, alvo de uma “mission civilisatrice” belicosa (Said 2007, p. 17).

2. Pós-colonialismo: para além da mera adjetivação

A leitura pós-colonial aplicada às Relações Internacionais (“RI”) busca demonstrar, grosso modo, que todos os Estados, grupos e pessoas, independentemente de suas realidades históricas e culturais, devem dispor dos mesmos direitos e privilégios (Sciullo, 2011). Busca-se a ruptura com interpretações de práticas sociais que, não raras vezes, são acompanhadas de um elevado grau de manipulação (Said, 2007). Ao refutar essencialismos e romper com concepções ocidocêntricas, o pós-colonialismo denuncia que estes auxiliam no recurso à violência epistêmica. Recusa-se, assim, a construção do “Outro” como aquele preso in statu pupillari (que precisa ser educado) e com uma mentalidade assimétrica (a ser transformada).

Porém, o “problema da diferença” permanece intenso nas RI (Blaney e Inayatullah, 2004), marcando a própria construção das identidades políticas. Para além dos limites daquilo que é familiar, o “Outro” é situado em terras desconhecidas e se coloca perpetuamente como uma ameaça. Nessa linha, Sciullo (2011) salienta que a diferença e a influência ocidental sobre o “não-ocidental” foram e têm sido

escritas de modo violento. Por isso, a compreensão de tais políticas pode (e deve) ser considerada a partir do discurso histórico-político de subjugação.

As categorias de “Oriente” e “Ocidente” não possuem estabilidade ontológica, uma vez que são fruto de constante apropriação e reapropriação. Porém, tal instabilidade ontológica não impede que manipulações de paixões, quais sejam, medo, ódio ou receio, atuem em conjunto com a crença de superioridade do “Eu” ocidental (Said 2007, p. 68). Representações podem levar (e levam) o Ocidente a dominar o Oriente, em um fenômeno que Said classificou como “Orientalismo”. Este se caracteriza, em poucas palavras, pela criação de um Oriente feita pelo Ocidente que não traduz sua realidade e sua plenitude. Este Oriente é representado como adjacente ao Ocidente, culturalmente distinto e, principalmente, inferior.

Said ressalta que o Orientalismo não busca conhecer outros povos, tempos e locais de maneira compreensiva, sensível e atenciosa. Ao contrário, constitui empreendimento de autoafirmação que, para além da violência epistêmica, se manifesta belicosamente. Assim, tem-se que o conhecimento e a representação levam ao poder e o poder leva à dominação. Para tanto, é utilizado um binarismo constante que contrapõe àqueles adiantados aos atrasados.

A ideia que resulta desse Orientalismo é a de que o Oriente deve ser convertido e ensinado. Suas tradições e sociedades, por sua vez, devem submeter-se às normas universais, democráticas e livres do Ocidente. Esse processo opera a partir da transição de uma representação meramente textual do Oriente para um contexto em que a violência epistêmica é posta em prática a partir da interpretação textual, de sua legitimação e de sua ressonância temporal e espacial (Said 2007, p. 144). Com uma noção limitada da(s) realidade(s) do Oriente, permite-se, no meio internacional, que sejam fabricadas imagens em que o Ocidente deve estender suas mãos ao Oriente e o resgate de um abismo autoritário.

A leitura pós-colonial critica as pretensões universalistas do Ocidente, que fazem com que o problema da diferença permaneça obliterado. Naturaliza-se, paradoxalmente, a urgência pela igualdade. Ignora-se, por vezes, que comunidades políticas, bem como suas diferenças, constroem (e são construídas pelo) “Outro”. A diferença é vista de maneira simplória, como uma degeneração da perfeição costumeira aos olhos do Ocidente. De um lado, o “Outro”, então, pode ser deixado

[...] to suffer or prosper according to its own means (though its poverty or prosperity may be experienced as a threat); [...] it is defeated militarily and colonized if need be. Indeed, colonial relationships have long existed as a separable mode of, or perhaps as a

supplement to, relations among sovereign states.” (Blaney e Inayatullah 2004, p. 6).

De outro, essa visão degenerada da diferença pode traumatizar o Ocidente e obrigá-lo a lutar. Assim, a partir de uma postura autocentrada, que busca definir a perfeição do mundo nos termos restritos do “Eu”, a diferença tem seu status relegado a uma categoria inferior. Permite-se que, em nome do “bem-geral da humanidade”, particularismos sejam transcendidos e que quaisquer tipos de resistência componham um espectro “não-civilizado” e que pode ser alvo de intervenções militares (Blaney e Inayatullah 2004, p.8).

Sob a ótica pós-colonial, discurso, representação e adjetivação levam à distorção do original e tem implicações políticas não raras vezes destrutivas. Portanto, o “Outro”, seja ele um Estado árabe e/ou muçulmano, passou a ser visto como uma oposição binária do “Eu”, Estado Ocidental, cristão, democrático (Blaney e Inayatullah, 2004; Cowan, 2008; Said, 2007, Seed, 1991). O pós-colonialismo auxilia, portanto, a compreender que a legitimação das ações do governo Bush, vis à vis Estados descritos como meliantes, deriva da fluidez de representações utilizadas para descrevê-los.

2.1. O “Oriente” face aos EUA: o caso Iraquiano

Said (2007) enfatiza que para os EUA a imagem do(s) árabe(s) e do(s)

muçulmano(s), bem como dos Estados que os abriga(va)m, apareceu como mais ameaçadora a partir de 1973, ocasião da guerra do Yom Kippur. A partir de então, o “Oriente” recebeu maior visibilidade internacional, ainda que negativa e receosa. Para além de ser visto como perturbador da “ordem” regional, o “Oriente” passou a ser visto como hostil à existência do Ocidente. A partir de então, sua representação como irracional e excêntrico foi associada, cada vez mais, à ameaça de uma jihad contra o Ocidente.

Assim, a partir de representações que demoniza(ra)m o “inimigo” desconhecido, o rótulo de um Oriente ameaçador adequou-se a propósitos múltiplos aos EUA. De um lado, com auxílio de discursos e da mídia, manteve a população estadunidense atenta e raivosa. De outro, ajudou na exploração da sensação de crise de insegurança (Said 2007, p. 59).

Said ressalta que os líderes do Ocidente – no nosso caso, os EUA sob a administração Bush – ignoram a ideia de que a história não é escrita em uma lousa branca ao seu bel prazer.

As sociedades contemporâneas de árabes e muçulmanos sofreram um ataque tão maciço, tão calculadamente agressivo em razão de seu atraso, de sua falta de democracia e de sua supressão dos direitos das mulheres que simplesmente esquecemos que noções como modernidade, Iluminismo e democracia não são, de modo algum, conceitos

simples e consensuais que se encontram ou não, como ovos de Páscoa, na sala de casa. (Said 2007, p.15)

Corroborando tal ideia, Blaney e Inayatullah (2004) e Subercaseaux (2005) apontam que essa concepção errônea resulta de representações que nem sempre tem correlação com o real. Porém, o descolamento da realidade não impede que sejam promovidas narrativas que permitem a identificação, o reconhecimento e, principalmente, a legitimação de quaisquer ações. Em outras palavras, para além da correlação com o real, importa a capacidade do discurso de produzir reconhecimento e legitimidade social.

Em seu prefácio à edição de 2003 do livro “Orientalismo”, Said (2007) assevera que, não bastou a noção das terríveis ações promovidas pelo governo de Saddam Hussein – ora ignoradas, ora apoiadas internacionalmente na década de 1980. Foi necessária também uma concepção bem-organizada de que o Iraque era distinto do “Eu” estadunidense e que não apreciava seus valores democráticos. Nossa leitura identificou que o governo Bush se utilizou de clichés para justificar o uso da violência empreendida em 2003.

Said (2007) salienta que todo império e toda potência, a partir de discursos oficiais, dizem atuar em circunstâncias excepcionais, em nome de uma missão altruísta, benigna, civilizadora e esclarecedora. Dizem também que não

trarão danos como outras o fizeram no passado. Contudo, questionamos: não fosse a repetição cansativa e firmadora de estereótipos, como seria estabelecida a histeria em relação às ADMs? Como seriam deslocados contingentes militares marítimos, aéreos e terrestres? Não fosse a luta em nome da liberdade e contra um Estado *rogue*, como empreender a GGT? Como demonstra Said (2007), a administração Bush reforçou estereótipos que foram de extrema utilidade para justificar o seu uso de poder e de violência por meio desses clichés.

Assim, ao tratar, especificamente, do pós-11 de setembro e das ações de combate ao “inimigo” iraquiano levadas a cabo pela administração Bush, acredita-se que crítica pós-colonial consegue estabelecer um diálogo considerado, aqui, satisfatório. Isso porque, compreende-se que os ataques levados a cabo no solo estadunidenses no dia 11 de setembro não constituíram eventos isolados, senão, em certo grau, respostas às ações que os EUA empreenderam no Oriente Médio após suplantarem a subjugação britânica durante a segunda metade do século XX.

3. A administração Bush e as representações do Iraque

O “combate ao terror” e a Estados que abrigavam “terroristas” constituiu pauta que precedeu o início do governo

Bush¹⁰. Durante a candidatura de George W. Bush, discursos empreendidos por sua equipe diziam evidenciar a necessidade de uma caça às bruxas, de uma busca pelos “inimigos” que haviam ascendido após o fim da Guerra Fria. “Inimigos” que, aos seus olhos, constituíam ameaças à ordem internacional (i.e. à hegemonia incontestada estadunidense).

Assim, a partir da ótica pós-colonial e da metodologia de representação histórica, é viável ter-se o entendimento de que o pós-11 de setembro exacerbou e centralizou as categorias dicotômicas face ao Iraque: o bem contra o mal; certo vs errado; democrático vs antidemocrático; o liberal para libertar do tirano; o remédio para o doente; o policiamento para o *rogue*; e a lei hegemônica para o criminoso.

3.1 O Iraque como inimigo à espreita: Sick State, Rogue State e Outlaw State

Em discurso à convenção republicana em 2000, Colin Powell – futuro Secretário de Estado do governo Bush – exaltou a inexistência de “inimigos” tais como o comunismo e o fascismo. Para Powell, esses “males” haviam sido

¹⁰ Deve-se à administração Clinton (1993-2001) a classificação de Estados como “*rogue*”, bem como a “necessidade” delineada de combatê-los. Porém, apesar de sua gênese durante a década de 1990, essas adjetivações apresentaram maior peso político durante o governo Bush, principalmente a após o 11 de Setembro, a partir da delimitação de um “Eixo do Mal” e do combate ao “terrorismo global” (Bilgin; Morton, 2004).

devidamente derrotados pelos EUA tanto no campo de batalhas como no campo das ideias. Entretanto, alertou que outros “inimigos” haviam emergido. Tratavam-se de “sick nations that still still pursue the ‘fools gold’ of tyranny and weapons of mass destruction will soon find themselves left behind in the dust bin of history” (Powell 2000, s.p., grifo nosso).

Como salientou Powell, derrotar essas sick nations era dever dos EUA para com o mundo, afinal, “[w]e must show to the rest of the world the beauty and potential of democracy” (Powell 2000, s.p). Também é notado, ao longo de seu discurso, que os EUA foram representados como confiáveis, repletos de compaixão e cujas ações deveriam ser vistas como exemplares e voltadas para o bem-geral.

As nações doentes, por sua vez, estariam fadadas ao fracasso? Aparentemente sim, a menos que entrassem contato com um país como os EUA. Se quisessem a cura, deveriam buscar o remédio necessário nos EUA: a democracia. Se não o buscassem, deveriam ser curados a força. Tratava-se de um imperativo, uma necessidade.

Em artigo publicado na Foreign Affairs em 2000, Condoleezza Rice sustentou a necessidade da promoção do interesse nacional dos EUA em um mundo pós-Guerra Fria. A análise da futura Conselheira de Segurança Nacional, refletiu a campanha presidencial empreendida naquele ano por George W.

Bush. Entre os aspectos abordados, constavam os desafios de Estados que não se encaixavam em moldes moralmente aceitos. Ao contrário dos EUA, que estavam “do lado certo da História” (Rice 2000, p. 46), havia Estados que ainda “[...] hope to find a way to decouple democracy and economic progress. Some hold on to old hatreds as diversions from the modernizing task at hand” (Rice 2000, p. 46). Por isso, era imprescindível empreender uma marcha contra os chamados “Rogue Regimes” (Rice 2000, p. 60).

Seu discurso desenhou o Iraque como exemplo de regime “rogue”, isolado, enfraquecido e cuja população vivia constantemente sob ameaças de pobreza e de terror. A situação não seria alterada enquanto o regime de Saddam Hussein não fosse deposto – mesmo que para isso os EUA precisassem “[...] mobilize whatever resources it can, including support from his opposition, to remove him” (Rice 2000, p. 60, grifo nosso).

Ambos discursos, de Colin Powell e Condoleezza Rice, enfatizam a defesa do interesse nacional dos EUA como definido a partir da busca (e espraiamento) da liberdade, da prosperidade e da paz. Torna-se, assim, perceptível, que anteriormente aos ataques do 11 de setembro, já havia uma agenda previamente estabelecida de combate a “inimigos” marginais ao sistema. Não é de estranhar que o Iraque,

supostamente detentor de ADMs e cujo regime não se adaptava à democracia ocidental, figurasse nessa lista.

Assim, a retórica política construída com o 11 de setembro concedeu aos EUA a legitimidade para combatê-lo. O Iraque foi, assim, inserido no denominado “Eixo do Mal” e se tornou alvo da GGT. A partir de então, um poder sem precedentes foi atribuído à Casa Branca: o poder de perseguir àqueles considerados responsáveis pelos ataques de 11 de setembro. Por isso, afirma Scahill (2014) paralelamente ao desmoronamento das Torres Gêmeas, desmoronaram (ou fizeram-se desmoronar) também as amarras legais que poderiam impedir investidas militares. O “Outro” (Iraque/Oriente) passou a ser apresentado como aquele ente perdido em uma estrutura despótica (rogue, sick e outlaw) imóvel e foi contraposto ao “Eu” (EUA/Ocidente), membro de uma comunidade cuja moral se colocou como universalmente válida e, naquele momento, ferida.

3.2 A legitimação da representação

Os contornos que delineavam Estados, grupos e pessoas a serem combatidos – apesar de perceptíveis anteriormente ao 11 de setembro – se tornaram mais claros em 2002, a partir de discursos empreendidos pelo então Presidente George W. Bush, bem como pela publicação da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA da América. Nela,

Estados como o Iraque constituíam “an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger” (Bush 2002, s.p., grifo nosso). Por isso, dentre as inúmeras mensagens que foram deixadas ao Iraque e a seus pares, fez-se saber que “America will do what is necessary to ensure our nation's security [because] the people of the united states and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder” (Bush 2002, s.p.).

Em outras palavras, as representações textuais que encaixavam o Iraque em um Oriente “rogue”, “sick” e “outlaw”, bem como sua interpretação, legitimação e ressonância, foram, paulatinamente, postas em prática (Said, 2007). Não seriam medidos esforços para prevenir que o “inimigo” iraquiano desferisse golpes contra o (quase) imaculado território estadunidense. Sua segurança seria preservada e um regime outlaw não teria vez.

A Estratégia de Segurança Nacional reiterou que os EUA possuíam força e influência sem precedentes e que sua atuação, baseada nos princípios de liberdade, de democracia e na fé, traziam consigo responsabilidades e oportunidades inigualáveis e inadiáveis. Por isso, as metas elencadas de modo a alcançar o progresso incluíam (i) preservar as liberdades política e

econômica, (ii) promover a manutenção de relações internacionais pacíficas, (iii) defender o respeito pela dignidade humana, (iv) evitar ameaças com armas de destruição em massa e (v) fortalecer alianças de modo a eliminar o terrorismo global (NSSE 2002, p.1). Ou seja, manter a ordem e a saúde internacionais.

A Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, de modo a legitimar as representações do(s) inimigo(s), definiu Rogue States:

These states: • brutalize their own people and squander their national resources for the personal gain of the rulers; • display no regard for international law, threaten their neighbors, and callously violate international treaties to which they are party; • are determined to acquire weapons of mass destruction, along with other advanced military technology, to be used as threats or offensively to achieve the aggressive designs of these regimes; • sponsor terrorism around the globe; and • reject basic human values and hate the United States and everything for which it stands (NSSE 2002, p. 13-14).

Fez-se saber também que desde a Guerra do Golfo, empreendida em 1991, “we acquired irrefutable proof that Iraq’s designs were not limited to the chemical weapons it had used against Iran and its own people, but also extended to the acquisition of nuclear weapons and biological agents.” (NSSE 2002, p. 14). O Iraque preenchia os requisitos elencados de uma check-list que definia o que era ser um Rogue State.

De acordo com o documento, os EUA se empenhariam incessantemente para reunir apoio internacional. Contudo, caso necessário, não hesitariam em agir sozinhos para exercerem o direito de autodefesa, agindo de forma preventiva, dado que “[d]efending our Nation against its enemies is the first and fundamental commitment of the Federal Government” (NSSE 2002, p. I).

A partir de uma dinâmica de choque de civilizações hungtintoniano, o Iraque viu-se inserido em uma dinâmica que produziu de maneira progressiva em seu território, destruição física, inquietação política e intermináveis invasões (Said 2007, p. 13). O que a administração Bush pareceu não compreender é que a história de países como o Iraque não pode facilmente ser apagada e substituída (Said 2007, p.14). Deste modo, entende-se que a GGT, apesar de estratégia de política interna estadunidense, se tornou uma ação ligada a todo o mundo “civilizado” de modo a proteger a democracia, o livre mercado e os princípios da liberdade (NSSE, 2002).

A partir dos discursos elencados, é possível notar que as adjetivações utilizadas por Powell (2000), Rice (2000), Bush (2002) e pela NSSE (2002) apesar de nem sempre iguais, possuem pontos de convergência que possibilitaram o delineamento de uma dinâmica binária que contrapôs o certo ao degenerado. Cabe, pois refletir se,

para além da tradução para a língua portuguesa ou do uso desses termos em artigos e discursos, o que significa ser um Rogue State, Sick Nation ou Outlaw State? Said (2007) diria que esses tipos de representação possibilitam que sentidos, construídos histórica e socialmente, sejam internalizados na consciência social e, gradualmente, considerados naturais. Dispensa-se, assim, qualquer tipo de reflexão. Pelo contrário, cria-se uma check-list que, se não cumprida à risca, traz consequências, não raras vezes, devastadoras.

4. Considerações Finais: a ressonância da representação

Dado o alegado contexto feito pelos EUA de ebulição de ameaças internacionais, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) emitiu a resolução 1441/2002. Ela previa a oferta ao Iraque de uma última chance para que se redimisse. Entre outras demandas, exigiu-se que o Iraque enviasse declarações precisas sobre os programas de desenvolvimento de ADMs. Além disso, os inspetores da Comissão Especial das Nações Unidas sobre o Iraque (UNSCOM), da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e do Grupo de Investigação do Iraque (GII) deveriam receber total apoio e estrutura de modo a realizarem seus trabalhos e obterem informações. Ainda, quaisquer armas e instalações

encontradas deveriam ser destruídas pelos inspetores.

“Simplesmente ninguém as encontrou”, afirmou Blix (2004, p. 372), então chefe da Comissão de Inspeção, Verificação e Monitoramento das Nações Unidas (UNMOVIC). Blix acrescentou que anteriormente a “UNSCOM havia encontrado grande quantidade de armas químicas [no Iraque] depois do verão de 1991, que foram destruídas sob sua supervisão. No entanto, elas não estavam escondidas, mas nos locais declarados pelos iraquianos”. (Blix 2004, p. 374).

Mesmo assim, os EUA não se deram por satisfeitos. Em 17 de março de 2003 que os meios diplomáticos haviam sido esgotados. Como o CSNU havia sido reticente e buscando evitar a instabilidade mundial, medidas militares seriam tomadas se Saddam Hussein não se retirasse do país em até 48 horas (Bush 2003a, s.p.). Haja vista o não atendimento ao ultimato, em 20 março de 2003, o George Bush ordenou o início das ofensivas militares¹¹.

A ação armada no Iraque proporcionou aos EUA uma vitória rápida – a

¹¹ We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization and for the religious faiths they practice. We have no ambition in Iraq, except to remove a threat and restore control of that country to its own people. [...] Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force. And I assure you, this will not be a campaign of half measures, and we will accept no outcome but victory. My fellow citizens, the dangers to our country and the world will be overcome. We will pass through this time of peril and carry on the work of peace. We will defend our freedom. We will bring freedom to others and we will prevail (Bush 2003b, s.p.).

ocupação ocorreu em menos de um mês. Saddam Hussein não foi capturado de imediato, tendo sido encontrado apenas em dezembro daquele ano e seu regime, que durou quase 24 anos, foi encerrado (Blix, 2004).

Entretanto, a tentativa de estabelecer um rearranjo das bases iraquianas, pautada nesses discursos dicotomizadores, não obteve sucesso. Pelo contrário, a aparente oportunidade de reorganização logo se viu ameaçada pela ascensão das diferenças internas, marcadamente religiosas, entre xiitas e sunitas. Nem mesmo com o julgamento e a morte de Hussein, em 2006, alcançou-se no país a estabilidade política vislumbrada. Essa situação se agravou principalmente após a saída das forças de coalizão externa, em 2011. Posteriormente a esse período, o cenário se mostrou ainda menos favorável, uma vez que o país vivenciou a expansão de movimentos como o do Estado Islâmico (EI).

Quando empreendida em 2003, a GGT, de um lado, se utilizou de uma imagem dos EUA “superpotência” e “porta-voz da humanidade” que, a partir de sua “excepcionalidade”, combateriam o “o mal” que assolava a ordem internacional. De outro, o Iraque, detentor de ADMs,

ameaçador, rogue, sick e outlaw, viu suas características inúmeras vezes representadas e suas necessidades delineadas desde fora. Ele foi alvo de operações militares para promover a “liberdade” do seu povo e se viu, cada vez mais, inserido em um estado de deterioração de bases previamente já apontadas como frágeis.

Por isso, o trabalho de investigação do poder da produção de discursos (e de sua tradução para a realidade) é capaz de identificar lutas nas quais determinadas vozes conseguem se expressar com maior autoridade que outras (Dunn, 2008). Para promover mudanças no modo como o Estados, ainda hoje ditos meliantes, são percebidos e tratados, deve-se reconhecer o peso da construção retórica por trás definições que, para além da subjetividade da adjetivação, tem força política e belicosa. Também, deve-se superar o ambiente no qual debates acerca desse tema são vistos de maneira intolerante. Trata-se de uma taxonomia polêmica e, sobretudo, poderosa.

Bibliografia

Bilgin, P.; Morton, A. (2004). “From Rogue to Failed States: the fallacy of short-termism”. *Politics*, 24(3), pp.169–180. Disponível em:

<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9256.2004.00217.x/abstract>>
[Acesso em 10 nov. 2016].

Blaney, D.; Inayatullah, N. (2004). *International Relations and the Problem of Difference*. Great Britain: Routledge.

Blix, H. (2004). *Desarmando o Iraque*. São Paulo: Editora A Girafa.

Bush, G.W. (2002). *Text of President Bush's 2002 State of the Union Address*. Jan, 2002. Disponível em: <www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm>. [Acesso em 05 jan. 2017].

_____. (2003a). “Leave Iraq within 48 hours”. *CNN*. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2003/WORLD/meast/03/17/sprj.irq.bush.transcript/>> [Acesso em 05 jan. 2017].

_____. (2003b). “U.S. President George W. Bush has announced that war against Iraq has begun”. *CNN*. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2003/US/03/19/sprj.irq.int.bush.transcript/>> [Acesso em 04 jan. 2017].

Cowan, K. (2008). “What is Wrong with the War on Terror?”. *E-International Relations Publishing*, 2008. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2008/02/10/what-is-wrong-with-the-war-on-terror/>> [Acesso em 20 dez. 2016].

Chomsky, N. (2011). *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Dunn, K. (2008). “Historical representations”, in: Klotz, Audie; Prakash, Deepa. *Qualitative methods in International Relations: a pluralist guide*. New York: Palgrave Macmillan.

Powell, C. (2000). “Address by Gen. Colin Powell to the Republican National Convention”. Disponível em: <<http://www.npr.org/news/national/election2000/conventions/speech.powell.html>>. [Acesso em 23 dez. 2016].

Rice, C. (2000). “Promoting National Interest”. *Foreign Affairs*, January/February, 79(1), p. 45-62. Disponível em: <<http://www.cfr.org/content/publications/attachments/79105.pdf>> [Acesso em 23 dez. 2016].

Said, E. (2007). *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Scahill, J. (2014). *Guerras Sujas: o mundo é um campo de batalha*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.

Sciullo, N.J. (2011). “The Ghost in the Global War on Terror: Critical Perspectives and Dangerous Implications for National Security and the Law”. *Drexel Law Review*. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1691140>> [Acesso em 19 dez. 2016].

Seed, P. (1991). “Colonial and Postcolonial Discourse.” *Latin American Research Review*, 26(3), pp. 181-200. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2503670>> [Acesso em 20 dez. 2016].

Subercaseaux, B. (2005). Edward Said (1935-2003): desde su biografía a su postura intelectual. *Revista Universum*, 20(1), p, 168 - 173. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762005000100012>. [Acesso em 23 dez. 2016].

The National Security Strategy of the United States of America - NSSE. (2002). September. Disponível em: <www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. [Acesso em 23 dez. 2016].